

PROCESSO TRT/15a. REGIÃO No. 00807 - 2007 - 017 - 15 - 00 - 7
RECURSO ORDINARIO DA 1a.VARA DO TRABALHO DE SÃO JOSÉ DO RIO
PRETO
RECORRENTE:UNIÃO(SUBDELEGADO REGIONAL DO TRABALHO EM SÃO
JOSÉ DO RIO PRETO)
RECORRIDO:P.A.SECCHES - ME
MM.JUIZ(A)SENTENCIANTE: ALESSANDRO TRISTÃO

Contra a r.sentença de fls.59/61, que concedeu mandado de segurança à reclamada para o efeito de considerar legal a prestação de serviços, pelos empregados, em data de 21/04/2007, recorre a União Federal, às fls.65/78, por entender inexistir autorização para que os empregados da recorrida trabalhem em domingos e feriados.

Contra razões às fls.81/87.

A D.Procuradoria opinou, às fls.90/92, pelo provimento do apelo, denegando-se a segurança concedida em 1o.Grau.

É O RELATÓRIO.

VOTO

Conheço do Apelo, pois preenchidos os pressupostos de admissibilidade.

RECURSO DA UNIÃO FEDERAL

TRABALHO EM DOMINGOS E FERIADOS

Entende a recorrente, que não existe autorização para que os empregados da recorrida trabalhem em domingos e feriados.

Trata-se de mandado de segurança, que foi julgado procedente pela origem, ao fundamento de que o estabelecimento comercial da impetrante, encontra-se dentre os elencados no Decreto 27048/49, que regulamentou a Lei 605/49.

Portanto, e como se discute a autorização para trabalho em domingos e feriados, no dia 21/04/2007, e cancelamento da respectiva multa, de plano, verifica-se o acerto da r.sentença, ao julgar que, não incide o art.6-A da Lei 10.101/2000, acrescentado pela Lei 11603/2007.

Isto porque, a referida lei, que resultou da conversão da MP 388/2007, acresceu os arts.6-A e 6-B, à Lei 10.101/2000, e entrou em vigor na data de publicação, ou seja, em 06/12/2007(art.3o.). Não poderia, portanto, atingir situações pretéritas.

Neste particular, portanto, aplica-se o Decreto 27.048/49 - art.7o., que regulamentou a Lei 605/49, sendo desnecessária a autorização em normas coletivas(art.6-A da Lei 10.101/2000).

Como foi consignado no parecer/Conjur/MTE 31/2008, nos autos de no.47517.000003/2008-52 e 46944.000548/2007-85 TORNA-SE NECESSÁRIA A DISTINÇÃO ENTRE TRABALHO EM DOMINGOS E EM FERIADOS:

“...No que tange ao trabalho em domingos, no comércio em geral, o mesmo se encontra autorizado, independentemente de ato administrativo pelo Ministério do Trabalho e Emprego, desde que respeitadas as normas de proteção ao trabalho, e outras a serem estipuladas em negociação coletiva, bem como o direito local...etc.

Já em relação ao trabalho nos feriados, a norma o facultou previamente, independentemente de qualquer ato estatal, desde que autorizado em convenção coletiva de trabalho, e observado o direito local”.

A r.sentença aplicou o art.7o. do Decreto 27048/49, que reza: “...É concedida em caráter permanente, e de acordo com o disposto no par.1o., art.6o., permissão para o trabalho nos dias de repouso a que se refere o art.1o., nas atividades constantes da relação anexa ao presente regulamento”.

A recorrida é empresa que se dedica a atividades relativas ao comércio de modas em geral, localizando-se em Shopping Center.

O quadro a que se refere o artigo 7o., consigna 23 itens, e a bem lançada sentença, ao que se depreende, inseriu a recorrida no item 15: feiras livres e mercados, inclusive os transportes inerentes aos mesmos. Aplicou analogicamente o referido item, por entender que os supermercados, shopping centers e hipermercados, incluem-se na relação, até porque, em 1949, sequer existiam.

Tal entendimento é respeitável, sem dúvida alguma.

Assim, e como muito bem observado pela D.Procuradoria do Trabalho, cuida-se de saber se o vocábulo “mercados” pode ou não ser estendido às lojas de comércio de vestuário.

Consigne-se que, além do disposto no art.7o.do Decreto 27048/49, existe o art.6o., que dispõe no sentido de que o trabalho em dias de repouso, é proibido, exceto por exigências técnicas das empresas. Ademais disto, o art.8o. da Lei 605/49, praticamente repete a exigência em tela. Tais dispositivos devem ser interpretados conjuntamente.

Saliente-se que, se de supermercado ou hipermercado se cuidasse, a jurisprudência deste E.TRT, já unânime no sentido de que encontra-se abrangido pela autorização suso mencionada:

“...Data venia, mostra-se equivocado o entendimento da recorrente. Não é possível sustentar-se que uma regulamentação que data de quase 50 anos atrás possa ser interpretada literalmente, sem levar em conta as circunstâncias em que se desenvolvem as relações comerciais na atualidade. É inegável a constatação de que os supermercados são os

substitutos do comércio varejista, das padarias, das feiras-livres e dos mercados, englobando, muitas vezes, num só espaço físico, todas essas espécies de estabelecimentos comerciais. Aliás, os supermercados, inegavelmente, fazem parte da vida cotidiana dos consumidores, sendo, mesmo, fundamental o seu funcionamento em domingos e feriados, principalmente nos grandes e médios centros, pois é de interesse de grande parte da população fazer suas compras nesses dias, quando se tem maior disponibilidade de tempo livre”(processo 01923-2005-131-15-00-6 REO-RO - Relator Des.Luiz Carlos de Araújo).

No entanto, a recorrida é loja de roupas, e neste particular existem Acordãos em ambos os sentidos, a demonstrar o quanto é polêmica a questão versada nos autos:

*“...Não comporta qualquer reparo o r. comando sentencial. Tratam-se os recorridos de lojas que atuam no comércio varejista nas dependências do Bebedouro Shopping Center, as quais almejam pelo presente **mandamus** a abstenção de autuação pela fiscalização da autoridade impetrada, em decorrência do funcionamento de suas atividades nos feriados do ano de 2004, a partir daquele ocorrido em 09 de abril.*

A Lei nº 605/49 trata das hipóteses autorizadoras do labor em dias feriados, civis e religiosos, em seus artigos 8º a 10, que, assim, dispõem:

“Art. 8º - Excetuados os casos em que a execução do serviço fôr imposta pelas exigências técnicas das empresas, é vedado o trabalho em dias feriados, civis e religiosos, garantida, entretanto, aos empregados a remuneração respectiva, observados os dispositivos dos arts. 6º e 7º, desta Lei.

Art 9º - Nas atividades em que não fôr possível, em virtude das exigências técnicas das empresas a suspensão do trabalho, nos dias feriados civis e religiosos, a remuneração será paga em dôbro, salvo se o empregador determinar outro dia de folga.

Art. 10 - Na verificação das exigências técnicas a que se referem os artigos anteriores, ter-se-ão em vista as de ordem econômica, permanentes ou ocasionais, bem como as peculiaridades locais.

Parágrafo único. O Poder Executivo, em decreto especial ou no regulamento que expedir para fiel execução desta Lei, definirá as mesmas exigências e especificará, tanto quanto possível, as empresas a elas sujeitas, ficando desde já incluídas entre elas as de serviços públicos e de transportes.” *(redação original)*

Ainda que os recorridos não comercializem bens e produtos de primeira necessidade, resta claro o evidente interesse público na abertura de tais estabelecimentos nos feriados, encontrando respaldo na relação anexa ao artigo 7º do Decreto nº 27.048/49, pois, conforme bem fundamentou a MM. Juíza

sentenciante (fl. 126) “O shopping constitui-se na reunião de várias atividades comerciais, podendo ser considerado extensão moderna dos antigos mercados e feiras livres(processo 02101-2005-011-15-00-0 REO-RO - Relatora Des.Helena Rosa Mônaco S.L.Coelho).

Em sentido contrário:

“...De fato, constata-se que bem andou o MM. Juiz prolator da sentença atacada ao reconhecer a inexistência de direito líquido e certo violado por ato abusivo de autoridade, pois a atividade do impetrante, comércio varejista de calçados, não se enquadra no rol daquelas mencionadas no Decreto 27.048/49, para as quais a Lei autoriza a comercialização em domingos e feriados.

Não pode prosperar o argumento do recorrente de que sua atividade estaria sob o manto das exceções estipuladas na Lei 605/49, regulamentada pelo Decreto 27.048/49, pois *o shopping pode ser conceituado como espécie moderna do gênero feira-livre*. De se observar que tal norma não comporta interpretação ampliativa, visto constituir-se em regra de caráter excepcional, restritiva do direito ao descanso dos trabalhadores nos dias feriados, os quais, como é cediço, são reservados para atividades cívicas, religiosas, culturais e sociais. Por outro lado, mesmo considerando apenas o aspecto econômico da questão, não pode passar despercebido o fato de que a pretensão do ora recorrente implica em concorrência desleal contra outros estabelecimentos que comercializam tais produtos não essenciais, mas que, no entanto, não estão autorizados legalmente a funcionar em domingos e dias feriados.

Por fim, o recorrente também aponta a permissão contida na Lei 10.101/00, que em seu artigo 6º autoriza o funcionamento do comércio varejista aos domingos. Porém, como já ressaltado na r. sentença recorrida, tal norma não faz qualquer alusão aos dias de feriado. Destarte, observa-se que não há efetivamente qualquer norma a amparar a pretensão do recorrente de funcionar em tais dias, ao contrário, a legislação existente se volta especificamente para a proteção destes dias de repouso, segundo se extrai da Lei 605/49 e Decreto 27.048/49, assim como, dos artigos 70 e 71 da CLT.

Assim, totalmente correta a decisão recorrida”(processo **01389-2005-089-15-00-7 - RO - Rel. Des.Ana Maria de Vasconcellos**).

Portanto, atento a que, de fato, o argumento da r.sentença, no sentido de que à época da legislação supra, sequer havia shopping centers, sendo ainda certo que, é inegável que, muitas pessoas apenas dispõem de domingos e feriados para fazerem compras, e, nos dias de hoje, tais estabelecimentos podem ser considerados extensão moderna dos antigos mercados, entende este Relator que deve ser mantido o julgado.

ANTE O EXPOSTO, decide este relator CONHECER do recurso, e NEGAR-LHE PROVIMENTO, para o efeito de manter íntegra a

sentença ora atacada, tudo nos termos e limites da fundamentação acima, e que deste fica fazendo parte integrante.

RICARDO ANTONIO DE PLATO
Juiz Relator